

RESENHA DO LIVRO “A RADIOGRAFIA DO GOLPE”, DE JESSÉ SOUZA**Leonardo Coreicha¹****Matheus Nery²**

O livro “A radiografia do Golpe” de Jessé Souza é uma análise da sociedade brasileira hodierna e as premissas e ações que resultaram no golpe contra a presidenta Dilma Rousseff.

No primeiro capítulo do livro, Jessé Souza explicita sua concepção teórica e as categorias utilizadas para a análise social. Para tal, inicia explicando a estrutura de dominação e as formas de controle social a partir do controle ideológico.

Como o título do primeiro capítulo deixa claro, Souza constrói a ideia de que o golpe foi mais um movimento da Elite do dinheiro visando o aumento da lucratividade de seus negócios. A elite do dinheiro para Souza é uma classe social formada pelos capitalistas que conseguem comprar as outras elites (intelectuais e imprensa) para servirem de instrumento para suas pretensões políticas.

As elites do dinheiro e do poder precisaram, em todas as épocas, convencer a imensa maioria dominada e explorada de que seus privilégios são merecidos e justos. Se essa justificação hoje em dia é feita pelos “cientistas”, no passado a elite intelectual que se incumbia desse trabalho era religiosa. (SOUZA, 2016 p. 20)

A principal premissa da ideologia desta elite dominante é criar a ideia uma “esfera econômica amoral”. Na qual as disputas econômicas e o domínio do dinheiro não se relaciona diretamente com a política, separando os interesses econômicos da ideia de dominação política. (*idem*, p. 16)

Assim, constrói a ideia de que esta elite seria moralmente virtuosa. Uma burguesia ordeira e construidora da sociedade. Logo, parte do ideal de desenvolvimento econômico (lucros para a elite) como pressuposto para o pleno desenvolvimento social. Desligando esta esfera da política e promovendo um véu que cobriria os interesses classistas:

No campo intelectual a elite do dinheiro não só legitima sua ação cotidiana sem precisar apelar para a cansativa e custosa dupla moral da vida social moderna. Ela também cria sua própria “moralidade”, como vimos, para que possa ser percebida como uma elite virtuosa que traz progresso, emprego, conforto e afluência para todos. Pensadores de grande prestígio e influência como Max Weber contribuíram de modo decisivo para que uma aura de prestígio para a atividade da elite econômica fosse possível. (*Idem*, p.23)

¹ Graduando em Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF).

² Graduando em Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Mas Souza, discordando veementemente de Weber, que via uma racionalização do capitalismo pós-Reforma Protestante, reafirma o caráter violento do Capitalismo moderno, que continua como no mercantismo, um capitalismo de “butim”, uma continuidade da “rapina colonial”. (SOUZA, 2016, p.24)

A dominação cultural da elite do dinheiro faz o autor elencar diversas questões sobre o processo de controle social:

Como foi possível à nossa elite do dinheiro construir tamanha hegemonia cultural de modo a possibilitar que, por exemplo, a crise atual pareça caber a todas as outras elites, como as elites política, jurídica ou jornalística, com exceção dela própria? Como se pode praticar o capitalismo mais selvagem e espoliar o trabalho de todos cotidianamente e dar a impressão de que a “corrupção” é sempre do outro? Essa exploração selvagem é pouco discutida na esfera pública, mas é preciso deixar claras suas proporções reais. (SOUZA, 2016, p. 25)

Como respostas as questões acima, Souza encontra raízes na obra de Sérgio Buarque de Holanda:

O livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado em 1936, foi e ainda é a materialização mais concreta desse ideário. Ele foi decisivo para a construção de uma hegemonia liberal-conservadora, cujos traços examinaremos a seguir. Essa hegemonia abarcou tanto a direita quanto a esquerda do espectro político, construindo e justificando os padrões econômico, político, social e cultural excludentes que nos caracterizam.

Assim, Souza indica a construção do Mito do “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda como o elo primordial da submissão do povo brasileiro à nossa elite escravocrata. Buarque teria pervertido a visão de Gilberto Freyre, do homem brasileiro emotivo e aberto culturalmente, para o homem emocional, do jeitinho brasileiro, em oposição ao homem racional, representado pelo estadunidense – que serviria de modelo. Logo, para Souza, a visão de Holanda seria mais uma perspectiva do racismo social.

Seguindo este raciocínio, Souza percebe, na análise do Estado patrimonialista na sociologia brasileira, a mesma tendência. Uma supervalorização do ideal norte-americano e uma demonização do Estado Patrimonial brasileira. Este sentimento de vira-latas, cria a visão de que no Estado, o homem brasileiro manter-se-ia sob a égide da corrupção, buscando vantagens individuais. Enquanto, ao mesmo tempo, via que se exaltava a ideia de que havia Estados em que público e privado não se misturavam e que o livre mercado permitiria a libertação do Estado das garras da corrupção.

Outro autor criticado por Souza é Raimundo Faoro de “Os donos do poder”. A crítica parte da premissa de que a visão de Faoro reforçava o vínculo do brasileiro com uma raiz portuguesa, que se fixaria no patrimonialismo e na corrupção que viria desde a Idade Média.

Porém para Souza, a instituição formadora da elite brasileira não é Portugal do Medievo e sim a escravidão. Todas as instituições brasileiras seriam moldadas pelo modelo escravagista:

A elite escravocrata é a elite da rapina selvagem e de curto prazo. Vigora a mesma lei do Brasil atual, com uma elite sem projeto para o país, mas querendo assaltá-lo – por meio de mecanismos de mercado e de Estado – e privatizar suas riquezas – para botar no bolso de meia dúzia. (SOUZA, 2016, p.42)

Desta forma, esta elite, de mentalidade escravocrata, age de maneira enérgica para manter seus privilégios. Assim, qualquer tentativa de amenizar o “apartheid de classes” de nossa sociedade é prevenida com golpes de Estado. (SOUZA, 2016, p.43)

Souza também critica a esquerda brasileira, que acreditou no mito de uma “boa burguesia”, que poderia avançar o Brasil, através do desenvolvimento econômico, promovendo em conjunto desenvolvimento social, aos moldes do “Welfare State”. Esta ilusão teria se prolongado do governo de Getúlio Vargas até o golpe de 1964, quando a burguesia nacional revelaria, com contundência, sua verdadeira face.

E, segundo Souza, a ditadura só não se prolongou mais, pois Geisel, apesar de anti-comunista, manteve um vínculo com o nacionalismo. Logo, após a aprovação do Plano Nacional de Desenvolvimento, a elite do dinheiro passou a mostrar repentinamente um amor pela democracia:

A imprensa conservadora, sócia de todo saque, passou a demonizar o governo Geisel com reportagens sobre “as repúblicas socialistas soviéticas do Brasil”, como se a construção de uma infraestrutura potente fosse sinônimo de comunismo. Tudo no mesmo sentido das acusações atuais de “bolivarianismo” e “chavismo” - termos destinados a fechar o horizonte reflexivo com chavões e caricaturas que nada significam, mas que produzem arregimentação afetiva e infantilizada para polarizações políticas de ocasião (SOUZA, 2016, p.44).

O resultado da rapinagem, que continuou após o fim da ditadura foi uma indústria fraca e empresas estatais sucateadas, que serviu de cenário para a “privataria” tucana no governo FHC. A imprensa se serviu deste cenário para demonstrar que a única solução para dinamizar a econômica era transmiti-la totalmente para o controle da iniciativa privada.

No entanto, Souza afirma que o clima de rapina desenfreada do governo FHC abriu espaço para um novo projeto de governo, sob o comando do PT:

O governo Lula, com conjuntura externa favorável, inaugurou o maior período de crescimento e de otimismo em relação ao país, em período democrático, desde Juscelino Kubitschek. Lula adotou uma política de compromisso segundo a qual todos os segmentos sociais auferiam ganhos significativos, muito especialmente os que se situavam nos extremos da sociedade: os muito ricos e os muito pobres. A novidade histórica para nós era a fidelidade política dos excluídos brasileiros, que chamamos provocativamente de “a ralé

brasileira” em trabalho empírico sobre esta classe. Pela primeira vez, eles votaram na esquerda.

Lula se efetivou como novo líder carismático do Brasil, abrindo espaço onde antes era dominado pelo coronelismo da elite, como o do PFL no nordeste. Com os programas sociais, como o bolsa família, o governo do PT conseguiu dinamizar a economia, conseguindo apoio das classes populares.

Quanto aos partidos de Elite, Souza vê no PSDB um partido regional, representante da elite do dinheiro e da classe média de São Paulo. Assim, depende do PMDB, partido representante de grupos empresarias e da rapinagem do Estado, que figura como coadjuvante de qualquer força que está no poder executivo. (SOUZA, 2016, p.47)

O governo do PSDB se ocupou unicamente em garantir a alta rentabilidade dos negócios da elite do dinheiro. O total desprezo pelos pobres teria aberto o espaço que foi ocupado pelo PT.

O governo Lula foi marcado por uma política de conciliação dos interesses de classe, ao mesmo tempo que firmava os compromissos com a lucratividade da elite do dinheiro, busco medidas redistribuição de renda, como a bolsa família, e de valorização da economia popular, como o aumento do salário-mínimo.

No entanto, apesar de endinheirada, a elite do dinheiro sempre desconfia de medidas de cunho popular. Para frear tais medidas faz uso da imprensa conservadora, que se comporta como verdadeiro partido político desta elite. O processo do mensalão foi o ensaio geral da “fulanização” da corrupção como construção política do processo que desencadearia na lavajato e no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

O trabalho da imprensa na destruição do Partido dos Trabalhadores segue em duas frentes que focam na classe média: o mensalão, onde foi destruída a imagem criada pelo PT para ganhar votos da classe média através da ideia de “partido ético”; a segunda foi a expansão das vagas nas universidades, a política de cotas raciais e outras medidas que aumentavam o acesso à educação – essas medidas eram vistas com ataque aos privilégios da classe média no que se refere a apropriação do “capital cultural”. (p.53)

Dilma sob ao poder com apoio popular e até de setores da classe média conservadora, pois representava uma fração social menos popular que o presidente Lula. O maior erro do governo Dilma, segundo Souza, seria ter abandonado o acordo rentista mantido por Lula. A crença no mito da “boa burguesia” levaria o governo a apostar na diminuição dos juros, visando o desenvolvimento da produção industrial, e, em consequência, um suposto desenvolvimento

social. Acontece que mesmo a elite indústria brasileira também lucrava com a alta de juros e a rapinagem por ela proporcionada.

As jornadas de junho de 2013, para Souza, são um marco na mudança do comportamento das classes sociais no Brasil. Onde a classe média começa a demonstrar seu ódio de classe ao tentar manter seus privilégios ao acesso ao Capital Cultural.

Adiante no texto, Souza concentra-se em definir seus conceitos de classe e luta de classe, diferenciando-se da conceituação liberal em voga e também da conceituação marxista destes termos. Assim, em vez de partir da definição econômica de classe, Souza cria o conceito de “classe como padrão de socialização familiar”:

Na verdade a classe social é uma construção socioafetiva que se dá desde o berço no horizonte familiar. Como não existe “a família” no singular, já que cada classe social possui um padrão de socialização familiar distinta, serão essas diferenças de socialização familiar pelo pertencimento de classe que possibilitarão, mais tarde, um acesso ao mercado de trabalho em faixas distintas de renda. (SOUZA, 2016, p.56)

Partindo deste pressuposto e de que o capitalismo se resume na competição pelas forças produtivas, que efetivam em Capital econômico e Capital cultural, Souza divide a sociedade brasileira atual em quatro classes sociais fundamentais: uma elite do dinheiro (endinheirados), composta pelos donos do Capital econômico; uma classe média dividida em frações (jornalística, jurídica, pequeno-burguesa) que possuem o Capital Cultural e quem o mantê-lo como privilégio; a Classe trabalhadora, trabalhadores urbanos e rurais; e por fim, a ralé brasileira, a classe dos excluídos.

Se baseando nesta divisão de classe, Souza salienta uma mudança de comportamento impulsionada pela classe média. Enquanto a elite do dinheiro mantém um desprezo blasé pelos pobres, a classe média, temendo a aproximação da ralé de seus privilégios, fomenta o ódio pelos pobres. Assim, começa a disseminação de um sentimento fascista e o orgulho de direita, onde o moralismo e o conservadorismo são exaltados:

A linha da “dignidade” - que separa indivíduos e classes sociais inteiras em dignos e indignos de respeito e consideração por sua capacidade de desempenho na esfera do trabalho - nos ajuda a perceber tanto a linha divisória entre classe trabalhadora e excluídos sociais quanto o preconceito redobrado e amplificado dos andares de cima da sociedade em relação a estes últimos. Como as transformações recentes da sociedade brasileira têm a ver, precisamente, com a ascensão dos excluídos e com a reação dos setores médios a essa ascensão, esta discussão mostra toda a sua decisiva importância. (SOUZA, 2016, p.80)

Souza compara o avanço ideológico da classe média propagado com a mídia com a ascensão do fascismo. Como freio ao avanço do povo aos privilégios da classe média. O discurso moralista precisava substituir o líder carismático do PT, Lula, por um líder carismático próprio, que sustentaria o discurso moralista desta classe média protofascista, Sérgio Moro:

Foi esse medo, representado pela rápida ascensão social de setores populares, que ajudou a consolidar uma barreira de classe ao projeto inclusivo do PT. Faltava a narrativa adequada, um discurso que tornasse racional o medo irracional, e um líder carismático com o mesmo peso que Lula tinha junto as classes populares. O discurso foi o moralismo de ocasião típico do combate seletivo à corrupção que já discutimos. O líder carismático foi o juiz Sérgio Moro, que “exemplificava” e sintetizava nas suas maneiras e nas suas ações, ou seja, na sua estética e na sua moral, os anseios dessa classe por uma higiene moral redentora do país (SOUZA, 2016, p. 86).

O golpe, para Souza, foi fruto da manipulação dos protestos, que eram localizados e focados em políticas municipais, para se “federalizarem”, com intuito de afetar diretamente a popularidade da presidenta Dilma Rousseff. Como exemplo disso, Souza cita a seguinte situação:

Uma repórter do jornal O Globo perguntou ao líder do Movimento Passe Livre, que pretendia encerrar o movimento, já que o aumento das passagens fora revogado, se as “outras pautas”, como a PEC 37 e o combate à corrupção, não merecem também continuar. O líder respondeu que essas jamais foram pautas do movimento e se declarou contra a hostilização de partidos políticos (SOUZA, 2016, 93).

Souza faz uma análise pormenorizado do acompanhamento dos protestos, observando dia após dia, como o jornal nacional noticiava as manifestações e com o tom foi se modificando para a construção de uma nova pauta, na qual a PEC 37 substituiria as pautas populares (transporte público, saúde, educação) por um pauta moralista e contra a corrupção.

Logo, o caráter popular das manifestações se perdeu e uma nova roupagem passou a ser usada e propagada pela mídia:

A manifestação perdia seu sentido popular e reivindicativo e se tomava uma “festa popular” contra a corrupção e a ladroagem na política, o que se tornava definitivamente a bandeira central, o PT e os manifestantes da esquerda foram hostilizados. Aqueles ligados a partidos políticos foram expulsos. A Fiesp exibiu a bandeira do Brasil em seu prédio (SOUZA, 2016, p. 93).

As manifestações de 2013, segundo Souza, tomaram um rumo regido pela mídia, numa forma de clamor pela mudança, mas que mudança? Veladamente, o discurso “Muda Brasil”, na verdade significava, muda de governo Brasil (SOUZA, 2016, p. 94).

O medo da perda de privilégios construiu um ódio social, uma espécie de concorrência entre classes, no qual o ataque aos projetos de inclusão social, seja uma forma de defesa.

Segundo Souza a classe média idealizava uma sociedade com limitação de capital cultural a eles mesmos. Esse incomodo a ascensão do pobre, pela classe média, demonstra a necessidade de exclusividade dessa classe, “não querem aeroporto parecendo rodoviária”.

Pautas, como investimentos em saúde e educação, nunca levantadas, foram aclamadas nas jornadas de junho. Uma contradição, já que os governos petistas foram os que mais investiram em saúde e educação. Tudo se encaminhava para um golpe. Tentativas de respostas a essas manifestações por parte do governo foram tardias e ignoradas pelo congresso e pela mídia, demonstrando assim gradativamente um aumento na seletividade do julgamento.

Pesquisas de aprovação da presidente sendo mostradas diariamente, fato até então inédito, com intuito de federalizar as manifestações. Dados esses que, segundo Souza, retrataram a violência simbólica a presidente, fazendo com que seus números despencassem. Essa aliança entre a classe conservadora e a imprensa ratificava a necessidade de mudança, e assim criava-se uma base popular, o início da justificação para a deposição da presidente.

Com a crítica ao suposto populismo petista, sustentando uma base popular, o maniqueísmo se instala, e derrotados em eleições anteriores ressurgem como “portadores do bem”. Criando uma moralidade na qual o PT era o perverso. Tais mocinhos aparecem e dão a sensação de novidade, mas brevemente são deflagrados mais do mesmo. A mesma política, apenas com nova roupagem.

Ao mesmo tempo, a interpretação de centro-direita das manifestações, próxima à candidata Marina Silva, que havia surfado na onda que as percebia como um clamor por uma política “renovada” de tradição burocrática e aberta aos novos meios de comunicação, mostrou seu artificialismo. Com uma agenda política típica do que chamo de “classe média de Oslo”, em que a hierarquia das questões percebidas como centrais refletem uma “agenda escandinava”, de países que superaram a pobreza e a miséria social, a candidata não se manteve como competidora a ser levada a sério por muito tempo. Ela se revelou como tentativa de uma direita que procurava se reinventar e dar um toque charmoso e europeizado a mesma hegemonia econômica que animava a direita do espectro político. O fato de ser uma coisa e querer parecer outra permitiu uma desconstrução impiedosa, por parte do marketing político de Dilma, da candidata na campanha eleitoral, que caiu vertiginosamente na preferência popular (SOUZA, 2016, p. 104).

A direita mostra a sua cara após mais uma derrota, e decide através de conluíus jurídicos-políticos, derrotar o PT de maneira não democrática. Segundo Souza, o objeto fundamental para o golpe fora o papel da instituições- que na verdade serviriam para proteger tal democracia, invertem seus funções.

Com um congresso conservador, o executivo seguia obrigado a negociar e seus projetos sempre embargados, intensificava o poder do congresso, aliado à imprensa, o governo ficara isolado:

Na raiz dos problemas está o assim chamado “presidencialismo de coalizão” que caracteriza o sistema político brasileiro. Como o presidente muito dificilmente vai eleger também uma maioria parlamentar que possa formar sua base de apoio no Congresso Nacional, ele será obrigado a compor e entrar em uma série de acordos e barganhas com as forças dominantes no Congresso se quiser governar. Uma série de fatores estruturais convergentes, como fragmentação partidária, massiva sobre-representação de interesses econômicos com agenda conservadora via financiamento privado de eleições e a pouca representatividade e responsabilidade em relação ao eleitor que o sistema de lista partidária confere, faz do legislativo um bastião dos interesses mais conservadores da sociedade brasileira (SOUZA, 2016, p. 108).

A espetacularização da mídia perante qualquer atitude do governo e a personificação da corrupção no PT, evidenciava a verdadeira intenção, que era derrubar o governo. Supostos debates risíveis, claramente intencionados a derrocada de tal partido.

Os telejornais e programas de entrevistas da TV Globo, por exemplo, existem unicamente para bombardear o telespectador com visões parciais, quando não diretamente falsas. Como não existe a pluralidade e o contraditório que caracterizam a atividade jornalística em qualquer país decente, monta-se um circo mambembe para propiciar uma caricatura de discussão e debate. (SOUZA, 2016, 116)

Uma manipulação tão grande não se faz sem um discurso convincente, muito menos sem atribuição de um herói. A direita reacionária se mostrava, o maniqueísmo se instala, o Juiz Sergio Moro se torna símbolo de combate a esquerda, ganhando capas e manchetes de jornais, revistas e sites. Moro virou sinônimo de líder de uma suposta moralidade, e como fora impregnado que o PT significava imoralidade, ele torna-se uma figura necessária aos partidos de direita:

O juiz Sérgio Moro, que conduziu a operação, foi alçado, pela manipulação midiática, à figura política maior da direita. Devemos a ele, inclusive, o fato de a direita brasileira ter saído do armário e ter, finalmente, não apenas se assumido enquanto tal, mas também conseguido construir um discurso tão poderoso quanto o combate à desigualdade que havia se tomado a bandeira invencível da esquerda. Isso não é pouco. O país estava dividido em duas facções desde a primeira eleição de Lula à presidência. Essa divisão só fazia aumentar em tensão e engajamento e refletia clara luta de classes, em que a classe média e os ricos, em um país tão desigual como o nosso, estava destinada a perder todas as eleições (SOUZA, 2016, pp. 118 e 119).

O corporativismo instituído, segundo Souza, é constante defesa dos interesses próprios, algo que a classe média necessita para se manter na casta. Privilégios são sempre justos para quem os tem.

Existe uma correspondência perfeita entre a classe média e a classe média alta que saiu às ruas com o perfil do novo tipo de operador jurídico que se instala no Estado. Com os mais altos salários do setor público e privilégios de todo tipo - que se juntam ao salário de modo permanente -, com os quais os cidadãos mortais sequer sonham, esses operadores se percebem como empresários de si mesmos e sonham com níveis de vida dos grandes advogados das bancas privadas. Eles buscam combinar a segurança e a estabilidade do servidor público, cuja contraparte são salários moderados, com os altos salários e vantagens das bancas privadas sem o risco e a insegurança que permeiam o mercado e o melhor dos dois mundos. A atração que esse tipo de privilégio de casta exerce é tão grande que o curso de direito se torna um dos mais concorridos logo após a tradicionalíssima medicina (SOUZA, 2016, 120).

O componente moral essencial articulado pela mídia, foram os jovens bem vestidos com camisas da seleção, que votaram nas últimas eleições na direita, serem chamados de povo. Com o cunho da Lava-Jato, denominada de a maior operação de anticorrupção da história, o circo estava formado:

A Lava Jato criou um verdadeiro campeonato entre as diversas corporações jurídicas para ver quem ganha o troféu de “guardião da moralidade pública”. O contexto criado de caça às bruxas é perfeito tanto para legitimar os privilégios mais descabidos quanto para campanhas paranoicas de redução sistemática das garantias constitucionais e democráticas, e para relativização de todas as garantias legais em nome da “limpeza moral” do país. O procurador Dalton Dellagnol, por exemplo, da equipe da Lava Jato, junta assinaturas de evangélicos para apoio a projetos de lei que inibem mais ainda as garantias e direitos individuais (SOUZA, 2016, 121-122).

Para promover tais investigações, a constituição fora rasgada, em vários aspectos, porém, não se pode criticar quem guarda a “moralidade pública”. O judiciário passou a legislar, o Ministério Público passou a julgar e se uniu a magistratura a uma perseguição incessante ao PT. As intuições passam inverter seus papéis, destruindo ao invés de conservar a democracia:

A divisão de trabalho entre o linchamento televisivo e os vazamentos seletivos produziu dois efeitos conjugados que se retroalimentaram. O cerceamento da defesa das acusações sem provas se dava tanto na dimensão das ruas, com os pênaltos e as vaias sempre que a presidenta fazia pronunciamentos públicos procurando se defender, quanto na esfera processual. O juiz Sérgio Moro passou a transformar - prisões temporárias de cinco dias prorrogáveis por mais cinco em prisões preventivas, que se alongavam por meses a fio. Os recursos levados às instâncias superiores eram invariavelmente recusados.

A elite finalmente depois de 13 anos consegue de uma maneira totalmente antidemocrática consegue se auto afirmar novamente. Os poderes se confundiram, e interesses de uma minoria voltam a prevalecer de uma maneira esmagadora. O que representa um retrocesso gigantesco na nossa democracia, que é jovem ainda, mas para reverter essa situação tomará mais tempo do que deveria.

Ocorreu no Brasil um processo lamentável de “desdiferenciação”, ou polarização, da esfera jurídica. Ela, que historicamente nasce quando se separa da política, processo que Max Weber denomina de passagem do direito material ao direito formal, como vimos anteriormente, efetivamente regrediu entre nós. Não há mais quem possa dizer onde está o limite entre o que é jurídico e o que é político no Brasil de hoje. Esse fato é gravíssimo, já que equivale a dizer que não temos, hoje em dia, mais justiça nem aparelho judiciário independente. Os juízes fazem política abertamente, representando partidos e seus interesses (SOUZA, 2016, 131).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SOUZA, Jessé. *A Radiografia do Golpe. Entenda Como e por que Você Foi Enganado*. LeYa: 2016, São Paulo.